



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680300 - SC (2021/0219636-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : RENATO PRESENTE DE MELO  
**ADVOGADO** : RENATO PRESENTE DE MELO - SC045664  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JULIANA MONTEIRO JUVENCIO  
**CORRÉU** : JEFISON DINEI JUVÊNCIO  
**CORRÉU** : THIAGO MONTEIRO JUVENCIO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANA MONTEIRO JUVENCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (09005862520188240038).

A paciente foi condenada à pena privativa de liberdade de 1 ano, 3 meses e 16 dias de detenção em regime inicial semiaberto, por infração ao art. 2º, II, da Lei n. 8137/90, por oito vezes em continuidade delitiva (art. 71, *caput*, do CP).

O impetrante sustenta que a paciente é mãe de dois filhos pequenos, que inclusive ainda fazem uso de aleitamento materno, que foi condenada por crime contra a ordem tributária, ou seja, sem a prática de violência ou grave ameaça, enquadrando-se perfeitamente nas hipóteses autorizadoras de prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência, a fim de que seja concedida a prisão domiciliar à paciente, independentemente de cumprimento do mandado de prisão, ou que o *writ* seja aprazado para sessão de julgamento com a maior brevidade possível.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

(...) Dito isso, sem muitas digressões, percebe-se que razão não assiste ao impetrante ao pleitear a formação do PEC antes do cumprimento do mandado de prisão, pois o Procedimento de Execução Criminal se inicia

com a expedição da guia de recolhimento para execução. Referido documento, de acordo com as disposições do art. 105 da Lei n. 7.210/1984, é expedido se o "réu estiver ou vier a ser preso". Em observância à referida norma, dispõe o item 2.2.1. do Manual Prático de Rotinas das Varas Criminais e de Execução Penal do Conselho Nacional de Justiça, que "O processo de execução penal é iniciado com o registro da guia de recolhimento, ato consistente na anotação da entrada do expediente em cartório e atribuição do respectivo número, obedecidas as disposições da Resolução n. 65, de 2008, do Conselho Nacional de Justiça.". Logo, impossível a pretendida formação do Procedimento de Execução Criminal até que seja dado cumprimento ao mandado de prisão e expedida a guia de recolhimento. (...)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente